



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

Autos nº 0000396-21.2016.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição Geral Ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo da Vara Única da comarca de Itaiópolis

ATIVIDADE CORREICIONAL

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 11/2016

Período da correição: 2-5-2016 a 4-7-2016

EQUIPE CORREICIONAL

Juíza-Corregedora: Simone Boing Guimarães

Assessora Técnica Correicional: Catia Lucila Ricordi Crestani

Analista Jurídico: André Pacheco



INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 189/2015 e a portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Creche - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



DADOS DA UNIDADE

Comarca: Itaiópolis.

Unidade: Vara Única.

Municípios integrantes: Itaiópolis.

Juiz titular: Gilmar Nicolau Lang.

Chefe de cartório: Aurélia Madalena Zadorosny Pickcius.

Última correição por equipe da CGJ/SC: (26-8-2013 a 25-10-2013)
(0012369-75.2013.8.24.0600).

Competência: Vara Única.

Entrância: Inicial.



1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL - Processos físicos + eletrônicos

	Indicador	Valor
1.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	2.590
1.1.2	Processos em andamento	2.350
1.1.3	Procedimentos em andamento	240
1.1.4	Observações	
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência junho de 2016.		
b) Destaca-se que do total de processos em tramitação na unidade, 132 referem-se a processos de Execução Fiscal, 112 referem-se a processos do Juizado Especial Cível e 122 referem-se a processos do Juizado Especial Criminal.		

1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos eletrônicos

	Indicador	Valor
1.2.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	2.374
1.2.2	Processos em andamento	2.148
1.2.3	Procedimentos em andamento	226
1.2.4	Observações	
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência junho de 2016.		

1.3 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos conclusos

	Indicador	Eletrônicos	Físicos	Total
1.3.1	Quantidade total de processos com o juiz	55	12	67
1.3.1.1	Observação			
a) Informações obtidas em 14-7-2016.				

1.4 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos distribuídos

	Período	Total	Média mensal
1.4.1	Janeiro a dezembro de 2014	2.714	226,17
1.4.2	Janeiro a dezembro de 2015	2.643	220,25
1.4.3	Janeiro a junho de 2016 (mês anterior ao da consulta)	1.728	288
1.4.4	Observações		
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições), referente ao corrente ano e aos dois últimos anos anteriores ao da realização da correição.			



1.5 FILAS DE TRABALHO – Processos eletrônicos

	Indicador		Valor
1.5.1	Processos nas filas de trabalho há mais de 100 dias		157
	Cível – Genérico – Processo		
1.5.1.1	Ag. Audiência	3	
1.5.1.2	Ag. Encerramento do Ato	33	
1.5.1.3	Ag. Impressão – Vara	1	
1.5.1.4	Ag. Prazo	10	
	Criminal – Genérico – Processo		
1.5.1.5	Ag. Audiência	2	
1.5.1.6	Ag. Digitalização	3	
1.5.1.7	Ag. Encerramento do Ato	6	
1.5.1.8	Ag. Prazo	8	
1.5.1.9	Redistribuído/Transferido	11	
1.5.1.10	Remetidos à Delegacia de Polícia	18	
	Execução Fiscal – Processos		
1.5.1.11	Ag. Encerramento do Ato	16	
1.5.1.12	Análise do Cartório – Trânsito em Julgado	1	
	Execução Penal – Processo		
1.5.1.13	Ag. Encerramento do Ato	2	
1.5.1.14	Ag. Prisão	3	
1.5.1.15	Apresentação em juízo	3	
1.5.1.16	Recebido do Juiz – Despacho	1	
	Família – Processo		
1.5.1.17	Ag. Audiência	1	
1.5.1.18	Ag. Encerramento do Ato	6	
1.5.1.19	Ag. Prisão	2	
	Juizado Especial Cível – Processo		
1.5.1.20	Ag. Digitalização	2	
1.5.1.21	Ag. Prazo	2	
	Juizado Especial Criminal – Processo		
1.5.1.22	Ag. Prazo	2	
1.5.1.23	Remetidos à Delegacia de Polícia	13	
	Juizado Especial Fazendário – Processo		
1.5.1.24	Ag. Audiência	1	
1.5.1.25	Ag. Digitalização	1	
1.5.1.26	Ag. Encerramento do Ato	5	
1.5.1.27	Ag. Prazo	1	
1.5.1.28	Observações		
a) Informações obtidas em 14-7-2016.			
b) Na data de 15-7-2016 foi verificado o fluxo de trabalho dos processos eletrônicos e foram analisadas as seguintes filas:			
b.1) Ag. Análise do Cartório: existem 25 processos na fila. O mais antigo data de 29-4-2016.			
b.2) Ag. Análise – Recursos : Não existem processos na fila.			
b.3) Cumprir urgente: existem 2 processos na fila. O mais antigo data de 11-7-2016.			
b.4) Recebido do Juiz.			
Recebido do Juiz – Despacho: existem 227 processos na fila. O mais antigo data de 4-4-2016.			
Recebido do Juiz – Decisão: existem 43 processos na fila. O mais antigo data de 23-5-2016.			
Recebido do Juiz – Sentença: existem 34 processos na fila. O mais antigo data de 6-7-2016.			
b.5) Escrivão: Não existem processos na fila.			



b.6) Ag. Audiência e Cumprir Audiência: constatou-se a existência de 17 processos com audiências já realizadas.

b.7) Arquivado Definitivamente: foram analisados 5 processos por amostragem. Verificou-se que em 4 (0300260-40.2015.8.24.0032, 0300059-82.2014.8.24.0032, 0300445-15.2014.8.24.0032, 0300938-55.2015.8.24.0032) há decisão determinando o arquivamento, mas não há a certidão do art. 327 CNGCJ, e em 1 (0300078-54.2015.8.24.0032) não há decisão determinando o arquivamento, nem certidão do art. 327 CNGCJ (Provimento n. 1/2016 CGJ e Resolução n. 33/2015 - TJ).

b.8) Processo Suspenso: foram analisados 5 processos (0300552-59.2014.8.24.0032, 0300550-89.2014.8.24.0032, 0300548-22.2014.8.24.0032, 0301078-89.2015.8.24.0032, 0300119-55.2014.8.24.0032) por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando a suspensão.

1.6 PROCESSOS AGUARDANDO IMPULSO

MOVIMENTAÇÃO/SENTENÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Processos sem movimento há mais de 180 dias	O relatório não deve trazer registro	83	37
1.6.1.1	Percentual de processos sem movimentação há mais de 180 dias em relação ao total de processos em andamento na unidade.		3,35%	1,49%
1.6.1.2	Observações	a) Primeira verificação: mês de referência março de 2016. b) Segunda verificação: mês de referência junho de 2016. c) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).		

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.2	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias – art. 163, ECA	O relatório não deve trazer registro	9	8
1.6.3	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas).		19	9
1.6.4	Audiências com situação “pendente” há mais de 30 dias.		29	4
1.6.5	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2013, nos Juizados Especiais.		13	24
1.6.6	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2013.		4	4
1.6.7	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2016, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2013.		0	0
1.6.8	Observações	a) Primeira verificação em 25-4-2016. a.1) Itens 1.6.5 a 1.6.7: dados do mês de dezembro de 2015, extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ. b) Segunda verificação em 14-7-2016.		



b.1) Itens 1.6.5 a 1.6.7: dados do mês de maio de 2016 extraídos do site desta Corregedoria (<http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm>). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.

PENDÊNCIAS

1.6.9	Pendências em aberto (período de pesquisa: 1-1-1900 a 31-3-2016)	O relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes	Primeira verificação	Segunda verificação
	Petição intermediária		108	37
	Peticionamento eletrônico		20	14
	Mandados		4	0
	AR		9	0
1.6.9.1	Observações			
a) Primeira verificação em 25-4-2016.				
b) Segunda verificação em 14-7-2016.				

MANDADOS

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.10	Mandados em carga com oficial de justiça há mais de 30 dias	O relatório não deve trazer registros	72	85
1.6.10.1	Observações			
a) Primeira verificação em 25-4-2016.				
b) Segunda verificação em 14-7-2016.				

PROCESSOS ELETRÔNICOS EM OUTROS SETORES

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+100d	Total	+100d
1.6.11	Outros setores				
1.6.11.1	Contadoria	5	0	34	0
1.6.11.2	Distribuição	4	0	7	0
1.6.11.3	Ministério Público	109	23	115	2
1.6.11.4	Petição Inicial – Ag. Digitalização	4	2	0	0
1.6.11.5	Serviço Social	2	0	5	0
1.6.11.6	Observações				
a) Primeira verificação em 25-4-2016.					
b) Segunda verificação em 14-7-2016.					



PROCESSOS FÍSICOS EM CARGA

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
1.6.12	Quantidade total de processos em carga	66		63	
	Local	Total	+100d	Total	+100d
	Cargas internas				
1.6.12.1	Juiz (Gilmar Nicolau Lang)	5	0	12	0
1.6.12.2	Contadoria	11	1	2	0
1.6.12.3	Ministério Público	1	1	0	0
	Cargas externas - Terceiros sem acesso ao SAJ				
1.6.12.4	Advogado	27	1	20	1
1.6.12.5	Delegacia de Polícia	12	9	11	9
1.6.12.6	Perito	0	0	3	0
1.6.12.7	Porteiro / Leiloeiro	0	0	2	0
1.6.12.8	Procuradorias	10	0	13	3
1.6.12.9	Observações				
a) Primeira verificação: mês de referência março de 2016.					
b) Segunda verificação: mês de referência junho de 2016.					
c) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).					



1.6.13 PROCESSOS COM MESMO LOCAL FÍSICO HÁ MAIS DE 30 DIAS					
	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+ 30d	Total	+ 30d
	Atendimento				
1.6.13.1	Cartório - recebido do advogado	6	0	3	3
	Remessa/recebimento/relação/certificação				
1.6.13.2	Cartório – aguardando	7	1	14	2
1.6.13.3	Cartório – aguardando AR	6	1	2	2
1.6.13.4	Cartório – aguardando carta precatória	27	16	9	6
1.6.13.5	Cartório – aguardando confecção de relação	24	0	5	0
1.6.13.6	Cartório – aguardando mandado	17	4	7	3
1.6.13.7	Cartório – aguardando publicação de relação	5	0	15	0
1.6.13.8	Cartório – arquivar	2	1	0	0
1.6.13.9	Cartório – escaninho da delegacia	0	0	0	0
1.6.13.10	Cartório – escaninho do advogado	8	3	2	1
1.6.13.11	Cartório – escaninho do juiz	8	0	0	0
1.6.13.12	Cartório – escaninho do juiz (assinaturas)	1	1	1	0
1.6.13.13	Cartório – escaninho do promotor	10	9	10	3
1.6.13.14	Cartório – recebido do juiz	0	0	6	0
1.6.13.15	Cartório – recebido do promotor	0	0	0	0
1.6.13.16	Cartório – recebido do contador	0	0	1	0
1.6.13.17	Cartório – prazo 1 a 31	16	1	17	7
1.6.13.18	Cartório – mesa do escrivão	0	0	0	0
1.6.13.19	Cartório – mesa do escrivão (assinaturas)	0	0	0	0
1.6.13.20	Cartório – mesa 01 a 10	1	0	0	0
	Expedição/cumprimento				
1.6.13.21	Cartório – cumprir despacho	8	2	3	1
1.6.13.22	Cartório – cumprir despacho urgente	0	0	0	0
1.6.13.23	Cartório – expedir alvará	0	0	0	0
1.6.13.24	Cartório – expedir correspondência	0	0	0	0
1.6.13.25	Cartório – expedir edital	0	0	0	0
1.6.13.26	Cartório – expedir formal	0	0	0	0
1.6.13.27	Cartório – expedir mandado	0	0	0	0
1.6.13.28	Cartório – expedir precatória	0	0	0	0
	Organização/juntada				
1.6.13.29	Cartório – aguardando juntada	0	0	0	0
1.6.13.30	Cartório – aguardando petição	0	0	0	0
1.6.13.31	Cartório – aguardando resposta de ofício	6	0	1	0
1.6.13.32	Observações				

a) Primeira verificação em 25-4-2016.
b) Segunda verificação em 14-7-2016.
c) Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".



1.7 REGISTROS CRIMINAIS

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias.	O relatório não deve trazer registro	735	158
1.7.2	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias.		0	0
1.7.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias.		168	32
1.7.4	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias.		0	0
1.7.5	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias.		0	0
1.7.6	Mandados de prisão em aberto com erros		6	7
1.7.7	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC	137	159
1.7.8	Observações	a) Primeira verificação em 25-4-2016. b) Segunda verificação em 14-7-2016.		

1.7.9	Réu preso	Provisório	O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterá os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais	2	1
		Definitivo	4	4	
1.7.9.1	Réu preso - total		6	5	
1.7.9.2	Observações		a) Primeira verificação em 25-4-2016. b) Segunda verificação em 14-7-2016.		



1.7.13	Observações
a) Primeira verificação em 25-4-2016. [REDACTED]	
b) Segunda verificação em 14-7-2016. b) Item 1.7.12: [REDACTED]	
b.2) Verificou-se nos processos (0001823-79.2014.8.24.0032, 0001490-30.2014.8.24.0032, 0001113-25.2015.8.24.0032, 0000845-68.2015.8.24.0032, [REDACTED]) que não há determinação e justificativa para a guarda das armas e munições no fórum, conforme a Circular CGJ n. 144/2015.	



1.8 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.8.1	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	Os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão. Os bens devem ser atualizados sempre que as informações nele contidas forem alteradas nos autos do processo ou do procedimento criminal em tramitação.	Parcialmente alimentado	Parcialmente alimentado
1.8.2	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Alimentado	Alimentado
1.8.3	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não se aplica	
1.8.4	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões, processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória	Parcialmente alimentado	Alimentado
1.8.5	Observações	a) Primeira verificação em 25-4-2016. a.1) Item 1.8.1 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): verificou-se que há 168 bens cadastrados no SAJ, com a situação “apreendido/sob custódia”. Quanto aos bens cadastrados no SNBA, 189 estão com a situação “a definir”. Dessa forma há indicativo de que o SNBA não está sendo atualizado. a.2) Item 1.8.3 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): não há estabelecimentos penais registrados. a.3) Item 1.8.4 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). A consulta ao SAJ (período 1-1-2014 a 24-4-2016) foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa. Dentre as ações processuais e situações especificadas acima, a pesquisa no SAJ apontou que o processo n. 0900067-73.2015.8.24.0032 é passível de registro no CNCIAI do CNJ. b) Segunda verificação em 14-7-2016. b.1) Item 1.8.1 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): verificou-se que há 124 bens cadastrados no SAJ, com a situação “apreendido/sob custódia”. Quanto aos bens cadastrados no SNBA, 108 estão com a situação “a definir”. Dessa forma há indicativo de que os bens não estão sendo cadastrados no SNBA. b.2) Item 1.8.3 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): não há estabelecimentos penais registrados.		



b.3) Item 1.8.4 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). A consulta ao SAJ (período 1-1-2014 a 24-4-2016) foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa. Dentre as classes processuais e situações especificadas acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.

1.9 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.9.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ e art. 409 do CNECJ.	-	-
1.9.1.1	Observações			
	a) Primeira verificação em 25-4-2016. b) Segunda verificação em 14-7-2016. c) Não existem programas institucionais de acolhimento ou programas de acolhimento familiar cadastrados no sistema.			



CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 2 de agosto de 2016.

Catia Lucila Ricordi Crestani
Assessora Técnica Correicional – Mat. 6.508

André Pacheco
Analista Jurídico - M20683